

1381ª Sessão Ordinária

Aos doze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis, às dezoito horas e dois minutos, reuniu-se a Câmara de Vereadores de Arroio do Tigre em Sessão Ordinária sob a presidência do vereador Marcos Antonio Pasa. Estavam presentes os demais vereadores, Leandro Timm, Leomar Guerino Fiúza, Delmar Schanne, Evaldir Jacob Dries, Ademir Jank, João Odilar Nunes, Flamir Schneider e a vereadora Viviane Redin Mergen. Declarada aberta a Sessão o presidente convidou a vereadora Viviane Redin Mergen para efetuar a leitura bíblica. Após dispensou a leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior, pois todos os vereadores possuíam cópias. Colocada em votação a Ata Milésima Trecentésima Octogésima foi aprovada por unanimidade. Foi solicitada a leitura das correspondências recebidas. Foi lido: Convite da Administração Municipal para solenidade de formatura da Educação Infantil e Anos Finais nos dias treze e quatorze de dezembro no Clube 25 de Julho, com início às dezoito horas e Convite da Associação dos Caminhoneiros do Centro Serra para participar da abertura oficial do Sétimo Encontro que será realizado no dia dezoito de dezembro no Parque Municipal de Eventos Prefeito Attilio Pasa. Ordem do Dia: Indicação nº 074/2016; Projeto de Lei Legislativo nº 014/2016; Projeto de Lei nº 015/2016; Projeto de Lei nº 068/2016; Projeto de Lei nº 071/2016 e Projeto de Lei nº 074/2016. O Presidente solicitou a leitura da Indicação nº 074/2016, de sua autoria indicando ao Chefe do Poder Executivo que dentro das possibilidades seja encaminhado projeto de lei instituindo o uso de uniformes na rede municipal de ensino. Após a leitura o Presidente da Casa, vereador Marcos Pasa colocou que conforme o regimento Interno da Câmara a Indicação seria encaminhada ao Executivo. Solicitou ao diretor que efetuasse a leitura do Projeto de Lei Legislativo nº 014/2016, de autoria de todos os vereadores, que concede o título de Cidadã Honorária do Município de Arroio do Tigre a senhora Alda Madalena Goettems dos Santos e a leitura do parecer. Colocado em discussão um dos autores e relator da matéria, o vereador Leomar Guerino Fiúza disse que após todos os colegas vereadores e demais pessoas que acompanham a reunião terem escutado a vasta justificativa e as inúmeras qualidades da homenageada não seria necessário acrescentar mais. Colocou ainda que todos eram sabedores de sua contribuição para com o Município, onde compôs o Hino Municipal e muito vem contribuindo para a cultura, se dedicando a música e trabalhando junto a crianças, jovens e idosos com projetos sociais. Como não houve mais colocações o Presidente encaminhou o projeto para votação após o intervalo. Colocou em deliberação

do Plenário a dispensa da leitura do Projeto de Lei Legislativo nº 015/2016, pois todos teriam cópias. Aprovado por unanimidade, o Presidente solicitou então a leitura da justificativa e do parecer da Comissão. Colocado em discussão o vereador Leomar Guerino Fiúza, relator do projeto disse que a proposta viria em boa hora, pois desta forma a comunidade escolar poderia optar pelos quais os professores gostariam que assumissem a direção da escola. Disse ainda que como estaríamos num país democrático, onde para boa parte dos cargos haveria eleições, nada mais justo que também para a escolha de diretor da escola municipal também fosse ouvida a comunidade. O vereador Flamir Schneider colocou que como já teria sido lido que ele e a colega Viviane se posicionaram contrários ao projeto, pois entende que como se estaria num país democrático que antes da votação do referido projeto que fosse efetuada uma Audiência Pública com a comunidade escolar, com os professores para todos poderem debater bem a proposta, pois o mesmo iria provocar uma grande mudança, principalmente nas escolas do interior e na cidade. Finalizou solicitando ao Presidente da Casa que fosse melhor debatido e esclarecido pontos do projeto. O Presidente da Casa, vereador Marcos Pasa, autor do projeto colocou que iria se ater na justificativa do projeto, pois no seu entendimento isso iria democratizar as escolas e se o projeto fosse aprovado e depois sancionado e promulgado pelo Prefeito Municipal, poderia na próxima Administração sofrer alguns ajustes, mas que o primeiro passo estaria sendo dado neste momento. Concluiu dizendo que em vários municípios do estado e do país este processo já é feito, assim como nas escolas estaduais. A vereadora Viviane Redin Mergen colocou que quando da avaliação do Plano de Educação as diretores presentes na Audiência Pública se colocaram contrárias a eleição nas escolas e que o projeto teria sido colocado de maneira equivocada, pois deveria ter sido primeiro escutado a comunidade escolar. Finalizou dizendo que seria precipitada a votação do projeto nesta data. O vereador Marcos salientou que este seria o intuito do projeto dar condições de escolha as pessoas da comunidade na escola dos diretores e vice-diretores, pois hoje eles seriam nomeados pelo Prefeito Municipal sem o aval da comunidade. A vereadora Viviane indagou o vereador se teria vindo da comunidade escolar algum pedido neste sentido. O vereador respondeu que não teria vindo, mas que ele teria consultado várias pessoas a respeito do assunto, e que teria sido bem aceita a idéia dentro da comunidade, pois assim poderiam escolher de maneira democrática o diretor. O vereador Leandro Timm colocou que concordaria com a colega de partido de que o projeto estaria

sendo votado de maneira precipitada, pois não teria sido efetuada uma reunião com os pais, alunos, professores e principalmente com a Secretaria da Educação. Finalizou afirmando que o vereador teria segundas intenções com a aprovação da matéria sem a realização de uma Audiência Pública. O vereador Marcos respondeu dizendo que o colega estaria sendo demagogo e que ele sim poderia ter alguém para indicar para o cargo. Disse ainda que com este projeto acabaria com o problema de uma pessoa residir na cidade e ser diretora numa escola longe, pois assim elas poderiam escolher aquelas pessoas que a elas acham que representam a coletividade da comunidade local. Como não houve mais colocações, o projeto foi encaminhado para a votação após o intervalo. Foi lido Projeto de Lei nº 068/2016, que autoriza o Poder Executivo a ampliar incentivo para a Empresa Tiger Indústria de calçados Ltda. e a leitura do parecer da Comissão. Colocado em discussão o relator da proposta disse que o projeto visava a concessão de ampliação de incentivo. Colocou ainda que em outras ocasiões já teria deixado claro sua opinião sobre os incentivos concedidos a empresas ou entidades, como os outros dois também tratam de subvenções sociais já faria a defesa destes também. Disse que não seria contrário ao repasse de valores pelo Município para entidades ou empresas, mas que seria perigoso, pois a arrecadação dos municípios, do Estado e da União vem caindo e os vereadores como legisladores não poderiam carregar o município com tantas demandas de recursos. Salientou que todos devem chegar um momento e verem qual o momento certo de caminharem com as próprias pernas, e que no seu entender os prefeitos eleitos da região vão ter cada vez menos recursos e esta conta certamente o prefeito eleito iria pagar. Finalizou dizendo que empresas que existem a vários anos no Município ainda não conseguiram caminhar com recursos próprios e isso é sinal de algo vai mal, concluiu dizendo que votaria favorável ao projeto, mesmo sendo contrário a este tipo de situação que estaria acontecendo no município. O vereador Flamir Schneider colocou que concordaria com o colega e que a Casa juntamente com o Executivo deveria efetuar um grande debate em relação à questão dos incentivos. Disse ainda que a próxima Administração deverá ter cuidado na forma como é concedido os incentivos, na forma de aluguel e agora com pagamento de energia elétrica. O vereador Leomar colocou ainda que a próxima Administração deverá ter a serenidade e a capacidade de rever estas concessões. Como não houve mais colocações, o projeto foi encaminhado para a votação após o intervalo. Foi lido o Projeto de Lei nº 071/2016, que concede Subvenção Social a Associação dos

Camioneiros do Centro Serra – ACCS, e dá outras providências e a leitura do parecer. Colocado em discussão o vereador Leomar Fiúza disse que suas colocações seriam as mesmas do projeto anterior. O vereador Delmar Schanne disse que gostaria de deixar registrado que mesmo sendo caminhoneiro e que seria favorável ao projeto de lei não por medo e nem por pressão como teria sido dito por alguém. Disse ainda que reforça as palavras colegas em relação aos incentivos, pois se uma festa teria incentivo, porque a outra não? Se uma fábrica tem incentivo por que empresas tradicionais do município com vinte, trinta anos não teriam incentivos, finalizou o vereador. Como não houve mais colocações, o projeto foi encaminhado para a votação após o intervalo. Por fim foi lido Projeto de Lei nº 074/2016, que concede Subvenção Social ao CTG Herdeiros da Tradição, e dá outras providências e a leitura do parecer. Colocado em discussão o vereador Leomar Fiúza disse que suas colocações seriam da mesma forma que dos projetos anteriores. O vereador João Odilar Nunes colocou que o evento já teria sido realizado e que faria parte do calendário de eventos do Município e de encerramento das festividades de aniversário. Concluiu dizendo que seria favorável a este projeto, bem como aos outros, pois com este auxílio o nome do município é divulgado para toda e região e estado. Como não houve mais colocações, o projeto foi encaminhado para a votação após o intervalo. O Presidente concedeu intervalo regimental. Reiniciada a Sessão o Presidente colocou em votação o Projeto de Lei Legislativo nº 014/2016, que foi aprovado por oito votos favoráveis e nenhum contrário. Colocado em votação o Projeto de Lei nº 015/2016 a vereadora Viviane Redin Mergen solicitou o adiamento da votação por uma sessão. Colocado em deliberação do Plenário foi rejeitada por quatro votos favoráveis e cinco contrários. Colocado em votação então o referido Projeto foi aprovado por cinco votos favoráveis e quatro contrários da bancada do Partido Progressista. Colocado em votação o Projeto de Lei nº 068/2016, foi aprovado por oito votos favoráveis e nenhum contrário. Colocado em votação o Projeto de Lei nº 071/2016, foi aprovado por oito votos favoráveis e nenhum contrário. Colocado em votação o Projeto de Lei nº 074/2016, foi aprovado por oito votos favoráveis e nenhum contrário. Como não houve inscritos na Tribuna e não tendo mais nada a tratar, o Presidente da Casa marcou a próxima reunião ordinária para o dia vinte e seis de dezembro, às dezoito horas e encerrou a reunião.